

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.117.536 - MG (2017/0138316-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EXPRESSO FIGUEIREDO LTDA.
ADVOGADOS : GUSTAVO ROCHA MIRANDA - MG115333
ROGERIO ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - MG038460
AGRAVADO : MARIA LÚCIA DOS SANTOS
AGRAVADO : RONALDO FERREIRA
ADVOGADO : VICENTE DE PAULO RODRIGUES - MG038792
INTERES. : ARCELOR BRASIL SA

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por EXPRESSO FIGUEIREDO LTDA. em face da decisão acostada à fl. 259 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 183-190 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO - DECOTE DO VALOR DEPOSITADO JUDICIALMENTE - NECESSIDADE - HONORÁRIOS - ADVOCATÍCIOS - DETERMINAÇÃO CONTIDA NA SENTENÇA - OBSERVÂNCIA. Em cumprimento de sentença, o débito exequendo deve ser atualizado até a data do depósito judicial, quando tal valor deverá ser deduzido e, em seguida, o saldo remanescente deverá continuar a ser corrigido monetariamente, com juros de mora, até a data do efetivo pagamento, evitando-se excesso de execução. Isso porque o valor depositado judicialmente já estará acrescido de juros e correção monetária pagos pela instituição financeira. São devidos honorários advocatícios sucumbenciais na forma determinada pela sentença, sob pena de ofensa a coisa julgada.

Opostos embargos de declaração (fls. 201-205 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 209-217 e-STJ)

Nas razões de recurso especial (fls. 220-227 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 467 e 471 do CPC/73 (artigos 502 e 525 do CPC/15), sustentando a ocorrência de violação à coisa julgada. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 255-257 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 262-270 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 273-275 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Sustenta a insurgente, em síntese, que a decisão proferida pelas instâncias ordinárias, que homologaram os cálculos dos honorários sucumbenciais, teriam violado a decisão transitada em julgado.

A Corte de origem assim decidiu a controvérsia (fls. 189-190 e-STJ):

No tocante aos honorários advocatícios sucumbenciais, vejo que não tem razão a apelante, porque a sentença, mantida por acórdão deste Tribunal quanto a tal tópico, foi clara no sentido de que (f. 59/60-TJMG):

Condeno, ainda, a primeira ré no pagamento das custas e honorários de advogado que arbitro à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, ou seja, a soma do valor arbitrado para reparação dos danos morais, com o montante das prestações vencidas, devidamente corrigidas, e o capital necessário para produzir a renda correspondente às prestações vincendas, conforme estabelecido no §5º do art. 20, do CPC.

Da leitura de parte do dispositivo da sentença, acima transcrito, é de ver que ela condenou a ora agravante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais aos patronos dos agravados no percentual de 20% sobre o valor da condenação.

Frise-se que a sentença foi clara no sentido de que a condenação compreende o montante das prestações vencidas, devidamente corrigidas, e o capital necessário para produzir a renda correspondente às prestações vincendas.

Dito isso, por certo as prestações vencidas ao longo da demanda devem ser incluídas no cálculo dos honorários sucumbenciais, porque elas estão compreendidas no capital necessário para o pagamento das prestações vincendas, sob pena de ofensa a coisa julgada.

O insurgente sustenta que, mantida a decisão, os honorários serão *"calculados em valor muito superior ao devido, haja vista que o valor das prestações vencidas no curso do processo já foi efetivamente abarcado pelo valor do capital garantidor à época da prolação da sentença"* (fl. 223 e-STJ).

Ou seja, o insurgente sustenta que o valor referente às prestações vencidas no curso do processo estaria sendo considerado em duplicidade na base de cálculo dos honorários - eis que computados como parcelas vencidas, mas também no valor do capital garantidor à época da sentença.

Assim sendo, o acolhimento da pretensão recursal exigiria a análise dos cálculos realizados pela perita, a fim de derruir a afirmação de que as parcelas vencidas estão compreendidas (apenas) no capital garantidor, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA. PREMISSA DE QUE OS CÁLCULOS ELABORADOS PELA PERÍCIA CONTÁBIL ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O JULGADO EM LIQUIDAÇÃO. PRETENSÃO DE REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME

FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1030118/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 554 DO CPC/73) - TELEFONIA - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE PROVEU O AGRAVO REGIMENTAL PARA CONHECER DO AGRAVO E, DE PLANO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Inviável o acolhimento da pretensão do recorrente no sentido de alterar o critério para o cálculo do valor patrimonial das ações, na medida em que importaria violação ao princípio da imutabilidade da coisa julgada. Precedentes.

2. O recurso especial não é instrumento adequado para o reexame de provas, notadamente para verificar se os cálculos elaborados no procedimento de cumprimento de sentença incorreram em excesso frente ao título executivo formado. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 651.012/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AFASTAMENTO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. 2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DIREITO POTESTATIVO. INEXISTÊNCIA DE PRAZO DECADENCIAL. 3. APLICAÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS PREVISTOS NOS ARTS. 1.003, 1.032 E 1.057 DO CC. IMPOSSIBILIDADE. 4. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO SÓCIO PARA RESPONDER À DECISÃO QUE DEFERIU A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COISA JULGADA E RECONHECIMENTO DE QUE HOUVE COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NO FEITO. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 5. LIMITAÇÃO DA EXECUÇÃO ÀS QUOTAS SOCIAIS DO SÓCIO. IMPOSSIBILIDADE. 6. REVISÃO DE CÁLCULOS DO CONTADOR. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 7. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

6. A verificação da correção dos cálculos elaborados pelo contador, e considerados como corretos pelo Tribunal estadual, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, inviável nesta fase recursal pelo óbice da Súmula 7 desta Corte Superior.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 764.058/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 22/08/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CRITÉRIOS DE CÁLCULO. COISA JULGADA. CONTADOR JUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

[...]

4. A avaliação sobre a conformidade dos cálculos elaborados por contador judicial com os critérios do título judicial exequendo demanda a reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, circunstância vedada em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Precedentes.

5. A incidência do óbice da Súmula 7/STJ sobre a controvérsia torna prejudicada a análise do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

6. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.

(REsp 1622534/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 26/05/2017) [grifou-se]

2. Por fim, salienta-se que este Tribunal Superior entende que a incidência da Súmula 7 do STJ impede igualmente o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa o Tribunal de origem.

Nesse sentido, confira-se: **AgRg no AREsp 786.906/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 16/05/2016; **AgRg no AREsp 463.390/MT**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator